Revista Psicologia e Educação On-Line
2026, Vol. 6, Nº 1, 2 - 4

As Virtudes Intelectuais no Ensino-Aprendizagem da Filosofia

Las Virtudes Intelectuales en la Enseñanza-Aprendizaje de la Filosofía

The Intellectual Virtues in the Teaching-Learning of Philosophy

Domingos Faria
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Instituto de Filosofia da Universidade do Porto
Email: dfaria@letras.up.pt

Resumo: O ensino-aprendizagem da filosofia deve preocupar-se, entre outros, com o cultivo do caráter e das virtudes intelectuais, as quais são um conjunto estável de habilidades cognitivas integradas do sujeito. Esse cultivo das virtudes é, num sentido normativo, um dos objetivos epistémicos da educação em geral e do ensino-aprendizagem da filosofia em particular, estando em harmonia com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) e as Aprendizagens Essenciais de Filosofia (AE). O nosso objetivo é propor uma nova via de exploração didática com base na epistemologia das virtudes.

Palavras-chave: Ensino-Aprendizagem da Filosofia, Virtudes Intelectuais, Perfil do Aluno.

Resumen: La enseñanza-aprendizaje de la filosofía deben preocuparse, entre otras cosas, por el cultivo del carácter y de las virtudes intelectuales, que son un conjunto estable de capacidades cognitivas integradas del sujeto. Este cultivo de las virtudes es, en sentido normativo, uno de los objetivos epistémicos de la educación en general y de la enseñanza y aprendizaje de la filosofía en particular, y está en sintonía con el Perfil del Alumno que Finaliza la Educación Obligatoria (PASEO) y con los Aprendizajes Esenciales de Filosofía (AE). Nuestro objetivo es proponer un nuevo camino de exploración didáctica basado en la epistemología de las virtudes.

Palabras clave: Enseñanza-Aprendizaje de la Filosofía, Virtudes Intelectuales, Perfil del Alumno.

Abstract: The teaching-learning of philosophy should be concerned, among other things, with the cultivation of character and intellectual virtues, which are a stable set of integrated cognitive abilities of the subject. This cultivation of virtues is, in a normative sense, one of the epistemic objectives of education in general and the teaching and learning of philosophy in particular, and is in harmony with the Profile of Students at the End of Obligatory Schooling (PASEO) and the Essential Learning in Philosophy (AE). Our aim is to propose a new path of didactic exploration based on the epistemology of virtues.

Keywords: Philosophy Teaching-Learning, Intellectual Virtues, Student Profile.

Introdução: qual é o objetivo epistémico da educação?

Seguindo Robertson (2009), Baehr (2015), Croce e Pritchard (2022), temos como ponto de partida seguinte tese: Se uma prática conta como educacional, então tem um objetivo epistémico (ou seja, visa resultados epistémicos positivos para o sujeito). Caso contrário (por exemplo, num ensino de apenas falsidades e propaganda), seria difícil entender como um conjunto de práticas poderia contar efetivamente como "educacional". Então, qual é o objetivo epistémico da educação?

Como primeira hipótese poder-se-ia aceitar que o objetivo epistémico da educação é apenas adquirir crenças verdadeiras. Contudo, considerámos que esta hipótese não se afigura plausível. Pois, nesse caso aprender respostas apenas pelo método da memorização faria todo o sentido enquanto prática pedagógica. Ora, tal prática resultaria em indivíduos que não conhecem e, por isso, não fundamentam ou justificam as crenças verdadeiras que possuem (por exemplo, porque nunca apreciariam razões a favor das suas crenças).

Uma segunda hipótese, talvez melhor que anterior, poderia dar ênfase que o objetivo epistémico da educação não é apenas possuir crenças verdadeiras, mas sim ter conhecimento, o que seguindo uma análise tradicional do conhecimento implica haver uma "justificação" das crenças verdadeiras. Porém, esta hipótese também não parece bem-sucedida, dado que o estado epistémico de conhecimento pode ser incutido nos estudantes por meio de uma aprendizagem meramente mecânica, o que acaba por ser epistemicamente pobre. Por exemplo, estudantes que dominam a tabuada através de uma aprendizagem mecânica certamente não adquirem uma verdadeira compreensão ou entendimento dos conceitos matemáticos e, dessa forma, é pouco provável que sejam capazes de utilizar o que aprenderam para alargar os seus conhecimentos e competências.

Estas duas primeiras hipóteses não são plausíveis, pois o objetivo central do professor ou educador não deve ser apenas transmitir de forma unidirecional e acrítica conteúdos proposicionais. Pelo contrário, numa sociedade democrática e pluralista os professores e educadores devem quer abrir mentes, ajudar os estudantes a pensar por si próprios e a compreender por eles mesmos um dado domínio, estimulando um sentimento de curiosidade sobre o mundo que os rodeia. Além disso, tal como a endoutrinação, as práticas educacionais baseadas nessas duas primeiras hipóteses podem ser politicamente problemáticas, dado que parecem ir contra os ideais democráticos de desenvolvimento de cidadãos informados que sejam capazes de pensar por si mesmos, em vez de acreditarem simplesmente no que lhes é dito.

Como uma hipótese mais plausível, e que não tem os problemas das hipóteses anteriores, seguimos a proposta de Croce e Pritchard (2022), de acordo com a qual o objetivo epistémico da educação é essencialmente o cultivo do caráter intelectual. Neste caso, o objetivo epistémico da educação não é meramente o desenvolvimento de "estados epistémicos", como a crença verdadeira ou conhecimento, mas sobretudo o cultivo de um bom caráter intelectual. Além disso, desse cultivo do caráter intelectual resultam estados epistémicos de qualidade (tal como a crença verdadeira, o conhecimento, e o entendimento). Ou seja, um caráter intelectual desenvolvido coloca o sujeito numa melhor posição para este aprender coisas por si mesmo numa grande variedade de domínios.

Mas como devemos entender esse desenvolvimento do caráter intelectual num contexto educacional?

Cultivo do caráter intelectual entendido em termos de virtudes

Seguindo Zagzebski (1996), a maneira tradicional de entender o cultivo do caráter intelectual é em termos do desenvolvimento de virtudes intelectuais. Contudo, os epistemólogos das virtudes podem ser divididos em dois grupos, cada um dos quais aceita diferentes conceções do que é uma virtude intelectual.

Por um lado, os fiabilistas das virtudes ("virtue reliabilists"), como é o caso de Sosa (2007), concebem as virtudes como faculdade ou poderes cognitivos estáveis, fiáveis, e conducentes à verdade. Por exemplo, a perceção, introspeção, memória são casos paradigmáticos de virtudes intelectuais. Por outro lado, os responsabilistas das virtudes ("virtue responsibilists"), como Zagzebski (1996) ou Baehr (2015), concebem as virtudes como traços de caráter excelentes ou bons do ponto de vista intelectual. Por exemplo, curiosidade, imparcialidade, mente-aberta, cuidado intelectual, rigor e tenacidade, etc, podem ser considerados como traços de caráter de um inquiridor responsável que instancia virtudes intelectuais.

Mas serão estas duas abordagens, sobre a natureza das virtudes intelectuais, incompatíveis? Os fiabilistas das virtudes podem ter razão quando defendem que para se ter crenças percetivas verdadeiras basta possuirmos faculdades cognitivas que funcionem apropriadamente. Mas, por vezes, chegar à verdade requer muito mais do que o funcionamento adequado das faculdades cognitivas. Por exemplo, para nos aproximarmos da verdade em coisas que importam a nós seres humanos (como em questões de ciência, história, filosofia) parece ser necessário, não apenas o funcionamento apropriado das faculdades cognitivas, mas também o desenvolvimento de excelências de caráter intelectual. Em particular uma descoberta científica importante e revolucionária deve-se a traços de caráter virtuosos do cientista, tais como criatividade, versatilidade intelectual, rigor, persistência, coragem, entre outros traços de caráter. Assim, estamos a entender as virtudes intelectuais como algo mais do que as faculdades e capacidades cognitivas fiáveis de um sujeito.

Por exemplo, o ceticismo, concebido como traço de caráter, pode ser considerado uma virtude epistémica nesse sentido que salientámos no final do parágrafo anterior. Esse tipo de ceticismo é baseado na epistemologia de Hume (2018) na obra "Investigações sobre o Entendimento Humano". De acordo com a epistemologia de Hume (2018), o ceticismo mitigado, que requer uma tomada de consciência das "estranhas enfermidades do entendimento humano", previne o dogmatismo, inspira a modéstia, e diminui os preconceitos contra os seus interlocutores. Por outras palavras, seguindo o "ceticismo mitigado" temos de atender à contra-evidência e aos contra-argumentos; temos de evitar tomar decisões precipitadas sobre as questões que nos são apresentadas; temos de tomar nota dos limites inerentes às nossas faculdades. Neste caso Hume (2018) está a defender o ceticismo como um traço de caráter, ou seja, um conjunto integrado de disposições para agir, pensar e sentir. Com base em Hume (2018), o filósofo Hazlett (2017) sustenta que podemos apresentar uma definição de ceticismo enquanto traço de caráter com a seguinte formulação:

Ceticismo é a excelência na atribuição de ignorância (por exemplo, dizer ou pensar que alguém não sabe que p), na retenção da atribuição de conhecimento (por exemplo, suspender o juízo sobre se alguém sabe que p; ou expressar tal suspensão), e questionar se as pessoas sabem (por exemplo, perguntar se ou como sabem que p).

Assim, ser cético refere-se à atribuição de ignorância, à suspensão de atribuição de conhecimento, e questionar se as pessoas sabem; e, nessa base, também se pode definir humildade intelectual como uma forma de ceticismo em relação a nós próprios. Esta reflexão sobre a virtude do ceticismo permite-nos generalizar e destacar algumas características centrais das virtudes intelectuais em geral. Nomeadamente, as virtudes intelectuais não são meras capacidades ou faculdades cognitivas, mas sim traços de caráter. Não são inatas, mas sim adquiridas e cultivadas. Têm um estado motivacional associado a elas (isto é, um desejo de verdade, de fazer as coisas corretamente). E tal como as virtudes em geral de tradição aristotélica, as virtudes intelectuais situam-se no meio entre dois vícios opostos, um de excesso e outro de defeito. Por exemplo, a virtude intelectual de ser intelectualmente corajoso encontra-se entre dois vícios: a cobardia intelectual (ou seja, a recusa de procurar a verdade por causa de custos pessoais envolvidos), e a temeridade intelectual (isto é, a situação em que se correm riscos intelectuais indevidos ao ignorar derrotadores ou contra-evidência).

O cultivo das virtudes no PASEO e nas AE de Filosofia

A promoção desse cultivo do caráter ou disposições cognitivas que advogámos nas secções anteriores estão implicitamente presentes nos documentos oficiais quando as Aprendizagens Essenciais (AE) de Filosofia referem que a Filosofia coloca "o aluno como aprendente ativo e responsável"; contribui para que o aluno seja "questionador, investigador, crítico, organizador, informado e auto-avaliativo"; bem como proporciona "capacidades da reflexão e da curiosidade."

O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) vai na mesma linha quando se indica que a cultura da escola deve promover a "Curiosidade, reflexão e inovação – Querer aprender mais; desenvolver o pensamento reflexivo, crítico e criativo; procurar novas soluções e aplicações." Deste modo, o Ensino-Aprendizagem da Filosofia permite fomentar o desenvolvimento desses traços de caráter e virtudes intelectuais que o PASEO salienta. Mas como desenvolver, no âmbito do Ensino-Aprendizagem da Filosofia, uma determinada virtude como a curiosidade?

Tanto a filósofa Zagzebski (2017), como os filósofos Croce e Pritchard (2022), têm tentado responder a essa questão sobre como é que as virtudes intelectuais são cultivadas. Eles destacam que essas virtudes não são sobretudo adquiridas através de um manual de comportamento virtuoso, mas sim através da observação, reflexão crítica, e interação com modelos ou exemplares. Embora a formação das virtudes intelectuais possa incluir numa fase inicial instrução direta sobre o vocabulário das virtudes, estas desenvolvem-se principalmente através da (1) interação com modelos ou exemplares virtuosos, e da (2) oportunidade de identificar e praticar comportamentos virtuosos de modelos ou exemplares nos contextos específicos em que o sujeito se encontra.

Os exemplares, neste sentido, podem ser introduzidos na sala de aula de filosofia de duas formas. Por um lado, podem ser introduzidos de forma direta através de uma interação social direta com exemplares. Por exemplo, um professor pode ser um exemplar intelectual ao instanciar alguma virtude na sua atividade letiva. Nesse caso os estudantes estão a ser explicitamente guiados pelo exemplar no seu próprio desenvolvimento intelectual. Por outro lado, podem ser introduzidos de forma indireta através de uma aprendizagem sobre exemplares. Nomeadamente quando se pede aos estudantes que analisem criticamente e reflitam sobre figuras (em particular, filósofos) que tenham manifestado traços de caráter intelectualmente virtuosos. Por exemplo, quanto à virtude da "curiosidade epistémica", ou seja, o desejo de obter novos conhecimentos, Descartes (1998) surge como um bom exemplar no "Discurso do Método". Por sua vez, o ceticismo (ou a humildade e crítica epistémica), enquanto traço de caráter e virtude epistémica, pode ser encontrado na epistemologia de Hume (2018). Isto permite-nos uma nova via de exploração didática em filosofia com base na epistemologia das virtudes.

Referências

Baehr, Jason, ed. (2015). Intellectual Virtues and Education: Essays in Applied Virtue Epistemology. New York: Routledge.

Croce, Michel, & Duncan Pritchard. (2022). "Education as the Social Cultivation of Intellectual Virtue." In Social Virtue Epistemology, edited by Mark Alfano, Colin Klein, and Jeroen de Ridder, 583–601. Routledge.

Descartes, René. (1998). Discourse on Method and Meditations on First Philosophy. Hackett Publishing.

Hazlett, Allan. (2017). "Skepticism and Intellectual Humility as a Civic Virtue." In Intellectual Virtues and Education: Essays in Applied Virtue Epistemology, edited by Jason Baehr. Routledge.

Hume, David. (2018). Investigação Sobre o Entendimento Humano. Edições 70.

Robertson, Emily. (2009). "The Epistemic Aims of Education." In The Oxford Handbook of Philosophy of Education, edited by Harvey Siegel, 11–34. Oxford University Press.

Sosa, Ernest. (2007). A Virtue Epistemology: Apt Belief and Reflective Knowledge, Volume I. Oxford University Press.

Zagzebski, Linda. (1996). Virtues of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge. Cambridge, England: Cambridge University Press.

———. (2017). Exemplarist Moral Theory. Oxford University Press.